

Relatório & Contas

**minhocom, gestão de infraestruturas
de telecomunicações, e.i.m.**

31 de dezembro de 2016

Handwritten signatures and initials at the top of the page.

Índice

A)	RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
2.	ATIVIDADE DA ENTIDADE	19
3.	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO	22
4.	PERSPETIVAS FUTURAS	23
5.	AÇÕES PRÓPRIAS	23
6.	AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES	23
7.	SUCURSAIS DA SOCIEDADE	23
8.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	24
9.	OBJETIVOS E POLÍTICAS DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	24
10.	INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS	24
11.	DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
12.	NOTA FINAL	25
B)	ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	26
C)	ÓRGÃOS SOCIAIS	27
D)	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	28
	BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	28
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	29
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2016	30
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015	31
	DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA	32
	ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	33
E)	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	55
F)	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	56

A) Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Ex.^{mos} Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório de Gestão relativo ao período económico de 2016.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está diretamente relacionado com a expansão ou a retração da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da entidade, efetuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

1. Enquadramento macroeconómico

1.1 Quadro macroeconómico internacional

No que respeita ao enquadramento internacional, as atuais projeções apontam para uma aceleração gradual da atividade e do comércio mundial. Apesar desta evolução positiva, verificada em 2016, prevê-se que nos próximos anos, o crescimento económico mundial se mantenha em níveis inferiores aos verificados, em média, no período anterior à crise financeira. No quarto trimestre de 2016, assistiu-se a um maior dinamismo da economia mundial, impulsionado pelas economias avançadas, acompanhado por uma melhoria da produção industrial tanto do Japão como da União Europeia. Entre as economias avançadas, o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos da América (EUA) acelerou para 1,9% em termos homólogos reais (1,7% no 3.º trimestre), associado à robustez do consumo privado e à recuperação do investimento privado; enquanto o do Reino Unido manteve-se em 2,2%. Em relação aos países emergentes, o PIB da China desacelerou para 6,7% (o valor mais baixo nos últimos 25 anos) e, tanto as exportações como as importações de bens caíram para -7,2% e -5,3%, respetivamente (-2,9% e -14,3%, designadamente, em 2015).

Em 2016, o comércio mundial de mercadorias também acelerou, em resultado do maior dinamismo das exportações mundiais, uma vez que as importações mundiais desaceleraram. O reforço das trocas comerciais observou-se principalmente para os países emergentes e em desenvolvimento (especialmente asiáticos).

No 4.º trimestre de 2016, o indicador de sentimento económico teve uma recuperação significativa tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), em consequência da melhoria dos indicadores de confiança. De acordo com a estimativa preliminar da Comissão Europeia (CE), o PIB da União Europeia e da área do euro aumentou para 1,9% e 1,8% em termos homólogos reais. Os indicadores quantitativos para a área do euro, no conjunto do ano de 2016, indicam um reforço da atividade económica (produção industrial, vendas a retalho e exportações de bens em termos nominais).

Indicadores Macroeconómicos	2014	2015	2016 ^(e)
PIB:			
EUA	2,4	2,6	1,6
UNIÃO EUROPEIA	1,6	2,2	1,9
ÁREA EURO	1,2	2,0	1,8
JAPÃO	0,3	1,2	1,0

Fonte: GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

O mercado de trabalho da UE registou uma melhoria gradual ao longo de 2016, salientando-se uma descida da taxa de desemprego, quer para UE quer para a AE, situando-se em 8,2% e 9,6%, respetivamente, em dezembro de 2016 (9,0% e 10,5% em dezembro de 2015). Em dezembro de 2016, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego pioraram para os setores da indústria transformadora, serviços e comércio a retalho, mas melhoraram para o ramo da construção. Nos EUA a taxa de desemprego desceu para os 4,9% (5,3% em 2015), reforçando a tendência de melhoria gradual no emprego observada nos últimos anos.

Em dezembro de 2016, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,1%, devido sobretudo à recuperação dos preços de energia e à aceleração dos preços de bens alimentares não transformados. No entanto, para o conjunto do ano de 2016, a taxa de inflação aumentou apenas para 0,2% em média anual (0,0% em 2015), refletindo uma quebra menos acentuada dos preços de energia, para -5,0%, em média (-6,9%, no ano de 2015). A taxa de inflação homóloga das economias avançadas e da China acelerou no final do ano de 2016, sendo que nos EUA subiu para os 1,3% (0,1% em 2015).

Indicadores Macroeconómicos	2014	2015	2016 ^(e)
Inflação:			
EUA	1,6	0,1	1,3
UNIÃO EUROPEIA	0,5	0,0	0,3
ÁREA EURO	0,4	0,0	0,2
JAPÃO	2,8	0,8	-0,1
Taxa de Desemprego:			
EUA	6,2	5,3	4,9
UNIÃO EUROPEIA	10,3	9,4	8,2
ÁREA EURO	11,6	10,9	9,6
JAPÃO	3,6	3,4	3,1
Índice de Produção Industrial:			
EUA	2,9	0,3	-1,0
UNIÃO EUROPEIA	1,2	2,2	1,9
ÁREA EURO	0,9	2,0	1,7
JAPÃO	2,1	-1,2	-0,9

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

Em termos médios anuais, o preço do petróleo voltou a diminuir em 2016 face ao ano anterior, prolongando a tendência observada desde 2013. Esta tendência de queda deverá ser interrompida em 2017, antecipando-se um aumento médio do petróleo de aproximadamente 15%. Nos anos seguintes, o ritmo de crescimento deverá abrandar. No final de 2016, o preço *spot* do petróleo *brent* apresentou, em média, o valor de 45 USD/bbl (42 EUR/bbl). Contudo, nos últimos meses do ano, o preço do petróleo teve uma subida significativa, para se situar, em dezembro de 2016, em média, nos 55USD/bbl (52€/bbl), refletindo o acordo alcançado entre países membros e não membros da OPEP (em novembro de 2016) para a redução da produção em 1,2 milhões de barris/dia, a partir de janeiro de 2017. No 4.º trimestre de 2016, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou, tendo aumentado 9,8% em termos homólogos (1,3% no 3.º trimestre), tendência que se estendeu a todos os produtos, com o destaque para os metais e os *inputs* industriais.

A redução do preço do petróleo numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo, quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens. Acresce ainda que a redução da inflação, por via da diminuição do preço do petróleo, tem um efeito positivo sobre o rendimento disponível real das famílias e, conseqüentemente, sobre o consumo privado.

Apesar do efeito direto da redução do preço do petróleo antes descrito, existem efeitos não negligenciáveis nesta matéria, em particular o efeito da queda do preço desta matéria-prima em economias exportadoras líquidas de petróleo, através da redução significativa das receitas associadas à exploração desta matéria-prima, como é o caso de Angola. Sendo a produção de petróleo a principal fonte de receitas de exportação e fiscais, Angola está a sofrer o impacto da queda abrupta desta matéria-prima desde meados de 2014.

Neste contexto, e dada a forte ligação do mercado português ao angolano, destaca-se a contração abrupta da procura externa proveniente de Angola, que se tem repercutido significativamente nas exportações portuguesas.

Matérias-primas	2014	2015	2016 ^(e)
Petróleo Brent USD/Barril (1)	99,5	53,6	45,1
Bens Agrícolas (2)	1,9	-13,5	-6,9
Metais (2)	-10,3	-23,1	-5,4

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual
(e) - estimativa

Em dezembro de 2016, a taxa de câmbio do euro depreciou-se de forma significativa face ao dólar, tendo o euro se situado nos 1,054 dólares americanos no final do ano, correspondendo a uma depreciação de 3,2% face ao final do ano de 2015 (1,089 dólares americanos). Ao longo do ano de 2016, o euro face ao dólar seguiu uma trajetória marcadamente descendente, num contexto de políticas monetárias divergentes entre os dois lados do Atlântico.

Divisas	2014	2015	2016
EUR/USD	1,214	1,089	1,054
EUR/JPY	145,23	131,07	123,00
EUR/GBP	0,779	0,734	0,856
EUR/CHF	1,202	1,084	1,074

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

O Conselho do Banco Central Europeu (BCE) manteve, durante o período de 2016, um conjunto de medidas de política monetária não convencionais, sendo que a taxa das operações principais de refinanciamento diminuiu para 0,00%. Em dezembro de 2016, as taxas de juro de curto prazo do mercado monetário do euro prosseguiram o seu movimento descendente, renovando níveis historicamente baixos, para -0,26%, em média para o ano de 2016. Nos EUA, as taxas de juro a 3 meses acentuaram o movimento de subida desde o início do ano, sendo de 0,74%, em média, no ano de 2016. Assim, no final de dezembro de 2016, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em -0,32%, -0,22% e -

0,08%, respetivamente. Nos EUA, as taxas de juro de curto prazo subiram para valores próximos de 1,00% no final de 2016.

Taxas de Juro Referência	2014	2015	2016
Zona Euro	0,05	0,05	0,00
EUA	0,25	0,50	0,75
Japão	0,10	0,10	-0,10
Reino Unido	0,50	0,50	0,25

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2014	2015	2016
Zona Euro			
Eonia	0,14	-0,13	-0,33
Euribor 1 mês	0,02	-0,21	-0,37
Euribor 3 meses	0,08	-0,13	-0,32
Euribor 6 meses	0,17	-0,04	-0,22
Euribor 12 meses	0,33	0,06	-0,08
EUA			
Libor 3 meses	0,26	0,61	1,00
Japão			
Libor 3 meses	0,11	0,08	-0,05

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
Leitura: Percentagem, no final do período

Em dezembro de 2016, as taxas de juro de longo prazo subiram tanto para os EUA como para a área do euro, embora de forma mais acentuada para o primeiro caso. Também os investidores penalizaram alguns mercados obrigacionistas (Portugal e Itália), resultando num diferencial face à Alemanha, devido, em parte, à fragilidade do setor bancário de ambos. Os receios relativos à situação política na Europa levaram ao alargamento dos *spreads* intra-euro, tendo sido particularmente expressivo em Portugal, Itália e Espanha.

No final de 2016, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução desfavorável. A descida dos preços das ações foi influenciada pelo desempenho negativo da bolsa chinesa, pela descida significativa do preço do petróleo e por alguma instabilidade do setor financeiro.

Mercados Bolsistas	2014	2015	2016
Dow Jones EURO STOXX	13,1	11,8	-9,7
Nikkei 225	14,2	23,9	-11,7
Standard & Poors 500	17,5	6,8	1,5

Fonte: Banco Central Europeu

Apesar do surgimento de novos fatores positivos em 2016, nomeadamente os baixos preços da energia, a incerteza associada às perspetivas económicas mundiais permanece elevada e a intensificação dos riscos de revisão em baixa relacionam-se com as tensões geopolíticas, o reaparecimento de volatilidade nos mercados financeiros e cambiais, num contexto de políticas monetárias divergentes entre as principais economias, e com a execução incompleta das reformas estruturais. Acresce que, um período prolongado de inflação muito baixa, ou mesmo de deflação, será igualmente prejudicial quer para as perspetivas de crescimento mundial e, nomeadamente, europeu, quer para a persistência de um excessivo endividamento público e privado.

Neste contexto, o quadro de incerteza em torno das orientações de política económica nos Estados Unidos, bem como a evolução das relações do Reino Unido com a União Europeia e uma eventual recuperação mais fraca das economias dos mercados emergentes origina riscos de uma possível evolução menos dinâmica da atividade e dos fluxos comerciais a nível global.

Ao nível dos mercados financeiros, não é de excluir a possibilidade de recrudescimento de tensões, sendo ainda de referir a existência de alguma incerteza quanto à configuração da política monetária não convencional do BCE. Além disso, a situação vulnerável do sistema bancário ou a posição orçamental em alguns países da área do euro pode levar a um aumento das taxas de juro da dívida soberana. Estes fatores podem originar um aumento nos custos de financiamento da economia europeia, com impacto no consumo privado e investimento.

1.2 Quadro macroeconómico nacional

A economia portuguesa manteve em 2016 a trajetória de recuperação moderada que tem caracterizado os anos mais recentes. Este crescimento moderado traduz-se numa taxa de variação média anual do PIB de 1,2% em 2016, projetando-se uma aceleração do PIB para 1,4% em 2017 e a estabilização do seu ritmo de crescimento em 1,5% nos dois anos seguintes. Nos próximos anos, o crescimento do PIB deverá ser próximo ao projetado pelo BCE para a área do euro, contudo não conseguirá reverter o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013. Esta ausência de convergência real face à área do euro reflete a persistência de constrangimentos estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem uma relevância especial os elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica desfavorável e a persistência de ineficiência nos mercados de trabalho e do produto, que requerem a continuação do processo de reformas estruturais.

Após um crescimento muito dinâmico em 2015 das exportações de bens e serviços (6,1%), em 2016 o ritmo de crescimento desacelerou para 3,7%. Este abrandamento, que não deverá impossibilitar um novo ganho de quotas de mercado, reflete quer a desaceleração da procura externa, quer alguns fatores de natureza temporária, como a redução na produção em unidades industriais dos setores automóvel e energético. Adicionalmente, em 2016, as exportações continuaram a refletir o comportamento desfavorável das vendas para alguns mercados extracomunitários, com destaque para Angola. As projeções atuais, apontam para que em 2017 se verifique a dissipação destes fatores, e uma aceleração da procura externa, contribuindo para o retorno de um crescimento mais dinâmico das exportações.

Desta forma, a recuperação económica portuguesa permaneceu, em 2016, sustentada no dinamismo das exportações de bens e serviços, acompanhado de um crescimento ligeiramente maior da procura interna e de uma evolução positiva da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). O enquadramento externo da economia portuguesa deverá manter-se favorável, embora com uma revisão em baixa dos fluxos de comércio global relativamente aos períodos anteriores. Adicionalmente, as condições monetárias e financeiras deverão manter-se globalmente acomodáticas, sendo que a economia portuguesa deverá manter a capacidade de financiamento face ao exterior. Por seu turno, o preço das matérias-primas, energéticas e não energéticas, deverá inverter a trajetória de queda dos anos recentes. Neste enquadramento globalmente favorável, as exportações de bens e serviços deverão registar um dinamismo superior à procura externa e continuarão a ser a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade. O maior dinamismo da economia portuguesa nos próximos anos será também sustentado por uma aceleração da FBCF, baseada numa recuperação do investimento empresarial.

Em termos sectoriais, no final do ano de 2016 observou-se uma taxa de variação mais baixa no Valor Acrescentado Bruto (VAB) dos principais setores de atividade, face a 2015, com destaque para a construção e para a indústria. A atividade no setor dos serviços, que tem um peso de 74% no VAB, após uma ligeira desaceleração em 2016, deverá apresentar um perfil de aceleração moderada em 2017. Este setor continuará a beneficiar do dinamismo das exportações, em particular de turismo, mas também dos serviços associados às exportações de bens, em linha com uma maior afetação de recursos produtivos para os setores mais expostos à concorrência internacional.

Indicadores Macroeconómicos	2014	2015	2016 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	2,2	2,6	2,1
- Consumo Público	-0,5	0,8	1,0
- FBCF	2,8	4,6	-1,7
- Exportações	3,9	6,1	3,7
- Importações	7,2	8,2	3,5
- PIBpm	0,9	1,6	1,2
Inflação	-0,2	0,5	0,8
Índice de Produção Industrial - IT	1,8	1,2	-1,2
Índice Volume Negócios na Indústria - IT	-1,2	0,2	6,1
Índice PSI 20	-26,8	10,7	-11,9
Taxa de Desemprego	13,9	12,4	11,0

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
 Leitura: variação percentual, à exceção da Taxa de Desemprego
 (e)- Estimativa

Num contexto de aumento do rendimento disponível real, diminuição da taxa de desemprego e manutenção da confiança dos consumidores em níveis particularmente elevados, o consumo privado no último trimestre de 2016 apresentou um crescimento dinâmico e superior ao do PIB do terceiro trimestre. A aceleração deste agregado em termos homólogos terá refletido essencialmente a aceleração do consumo de bens não duradouros. Em contrapartida, observou-se um abrandamento do consumo de bens duradouros pelo segundo trimestre consecutivo, explicado pela desaceleração das aquisições de automóveis ligeiros de passageiros.

Por outro lado, a FBCF voltou a registar uma redução em termos homólogos no último trimestre de 2016, apresentando uma queda de -1,7% face a um crescimento de 4,6% em 2015. A evolução da FBCF ao longo do ano refletiu a queda da componente de construção, em linha com a evolução das vendas de cimento, condicionada pela forte queda do investimento público. O investimento público diminuiu de forma acentuada em 2016, contudo esta componente reveste-se de particular incerteza, dada a entrada em vigor tardia do orçamento para este ano e tendo em conta o perfil da despesa associada a projetos de investimentos cofinanciados por fundos comunitários.

A inflação, medida pela taxa de variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) apresenta em 2016 um crescimento para 0,8%, que compara com 0,5% em 2015. Comparando com as projeções para a área do euro, a inflação deverá manter-se 0,6 p.p. acima da média da área do euro em 2016. O aumento dos preços em 2016 reflete uma ligeira aceleração dos preços dos serviços e uma menor queda dos preços dos bens industriais energéticos e não

energéticos. A trajetória ascendente da inflação tem subjacente um aumento das pressões inflacionistas internas e externas, motivado pelo contexto de crescimento da economia nacional e global, pelo impacto positivo das medidas de política monetária adotadas pelo BCE, bem como pela incorporação das hipóteses técnicas de aumento de preços das matérias-primas em euros.

Adicionalmente, verificou-se uma melhoria dos indicadores qualitativos dos consumidores. Já os indicadores qualitativos de opinião dos empresários registaram uma evolução mista, com a procura interna de bens de consumo a melhorar enquanto o volume de vendas no comércio a retalho apresentou uma deterioração. No que diz respeito às condições no mercado de trabalho há igualmente sinais de uma evolução favorável do emprego. O crescimento do emprego ocorrerá no setor privado, já que o emprego público deverá permanecer relativamente estável. Esta evolução do emprego, a par da hipótese de estabilização da população ativa, implica a manutenção de um perfil descendente da taxa de desemprego, 11,0% no final de 2016, face a 12,4% em 2015. Contudo, a evolução da atividade e do emprego tem-se traduzido numa dinâmica muito fraca da produtividade do trabalho no recente período de recuperação. Após uma ligeira redução em 2016, projeta-se um crescimento anual da produtividade do trabalho em torno de 0,5% nos próximos anos.

Não obstante a recuperação moderada da economia portuguesa desde 2013, persistem vários constrangimentos estruturais ao crescimento económico, incluindo o elevado nível de endividamento dos vários setores de economia – famílias, empresas não financeiras e setor público – uma evolução demográfica desfavorável, um elevado nível de desemprego de longa duração e um ritmo de recuperação de investimento aquém do observado em recuperações anteriores. Neste contexto, é importante continuar a aprofundar o processo de reformas estruturais, aumentando os incentivos à inovação, à mobilidade de fatores e ao investimento em capital físico e humano, criando desta forma condições para um aumento sustentado da produtividade e do potencial de crescimento da economia. Adicionalmente, num quadro de prevalência de níveis relativamente elevados de incerteza, a manutenção de um enquadramento institucional e fiscal previsível contribuirá para preservar a confiança dos investidores e assegurar um ambiente favorável ao investimento. Finalmente, a prossecução de um esforço adicional de consolidação orçamental é crucial para que o nível de endividamento público apresente uma trajetória descendente sustentada e robusta a choques adversos.

1.2.1 O setor das telecomunicações

O ano de 2016 marca uma importante reestruturação no setor das telecomunicações, tanto a nível nacional, como no palco internacional. Desta forma, destacamos os seguintes factos e números que ajudam a caracterizar o dinamismo do setor no contexto mundial:

- Apesar do ano de 2016 não ter sido tão ativo como o ano anterior no número de operações de fusão e aquisição, em outubro foi anunciada a compra da Time Warner pela AT&T, uma das maiores operações mundiais dos últimos anos e que se estime que seja finalizada em 2017;
- A indústria de telecomunicações continuou em 2016 com uma grande pujança ao nível global, com um crescimento próximo dos 1,5% sobre os 1.112 mil milhões de euros com que acabou o ano de 2015. Prevê-se que o setor continue a evoluir, evidenciando uma CAGR (*Compound Annual Growth Rate*) crescente na casa dos 2%, chegando em 2019 aos 1.195 mil milhões de euros. Este crescimento contínuo do valor do mercado global das telecomunicações está diretamente relacionado com a alteração dos hábitos de consumo no que diz respeito às telecomunicações e à utilização cada vez mais intensiva de dispositivos de comunicação;
- O número de cibernautas em 1995 era de 35 milhões a nível mundial e nos dias de hoje já são cerca de 3 mil milhões, o que corresponde aproximadamente a 40% da população global. Outro exemplo da transformação do setor prende-se com a utilização de serviços móveis, existindo mais de 7,6 mil milhões de conexões (pertencentes a 4,7 mil milhões de utilizadores), sendo que mais de mil milhões já têm acesso de banda larga 4G (tecnologia disponível em 151 países do mundo).

No que se refere ao contexto europeu, salientam-se os seguintes acontecimentos:

- Em janeiro de 2016, o Parlamento Europeu sublinhou a importância do investimento privado em redes de conectividade de Internet para o progresso digital, bem como de um quadro regulamentar estável e propício ao investimento de todas as partes interessadas em todas as zonas, incluindo as zonas rurais e periféricas. De igual modo, o Conselho Europeu apelou em junho de 2016 à garantia de uma conectividade em banda larga fixa e sem fios de capacidade muito elevada em toda a Europa, enquanto pré-requisito para a competitividade futura, bem como à reforma do enquadramento regulamentar das telecomunicações com o objetivo de incentivar importantes investimentos nas redes, promovendo simultaneamente uma concorrência efetiva e os direitos dos consumidores;

- Durante o ano de 2016, a Comissão Europeia foi bastante ativa na proposta de medidas para acelerar o desenvolvimento das tecnologias de informação e de comunicação no contexto europeu. Assim, propôs a criação de uma “sociedade gigabit” até 2025, em que todos os cidadãos europeus tenham acesso a serviços de banda ultra-larga que aproveitam as capacidades de novas aplicações que alavanquem a transformação digital da sociedade. Para isso, pretende incentivar o investimento em redes de elevada capacidade com um novo quadro regulamentar, o Código Europeu de Comunicações Eletrónicas e um Plano de Ação 5G;
- A aceleração da diminuição das tarifas de *roaming* foi também um marco importante do ano transato. A Vodafone eliminou as tarifas de *roaming* no mercado europeu, antecipando o fim deste tipo de tarifa de telecomunicações previsto para junho de 2017 determinado pela Comissão Europeia.

No contexto nacional, o setor das telecomunicações foi marcado pelos seguintes acontecimentos:

- A finalização da compra da PT pela Altice pelo valor total de 5.789 mil milhões de euros, dos quais 4.920 mil milhões de euros foram recebidos diretamente pela Oi e a restante quantia (869 mil milhões de euros) destinou-se à quitação de dívidas da PT. Em resultado desta operação, a Altice viu-se obrigada à venda da ONI e da Cabovisão, que foram adquiridas pelo fundo Apax Partners;
- O lançamento de novas iniciativas para aumentar a cobertura em fibra ótica do país (anúncios da PT e da Vodafone);
- Avultados investimentos dos operadores em compra de direitos no futebol. A NOS e a PT Portugal assinaram contratos com três dos maiores clubes de futebol nacionais. O investimento nos direitos televisivos destes clubes ronda cerca de 1,3 mil milhões de euros;
- O interesse crescente dos operadores de telecomunicações para adquirir empresas de comunicação social. Nesse sentido, foi amplamente noticiado o interesse da Altice em comprar o grupo Media Capital.

No que se refere aos dados operacionais mais relevantes, destaca-se o desenvolvimento do FTTH – *Fiber To The Home*. O quadro que se segue apresenta o número de clientes residenciais em Portugal com Redes e Serviços de Alta Velocidade em local fixo, bem como o número de assinantes em setembro de 2016.

Tal como se pode constatar, pela análise do quadro abaixo, este rácio tem vindo a crescer consideravelmente. Entre o 2º trimestre de 2016 e o 3º trimestre do mesmo ano verificou-se um crescimento na ordem dos 4,2%. Esta variação positiva é ainda mais acentuada quando comparamos o 3º trimestre de 2016 (3T16) com o seu período homólogo em 2015 (acréscimo de 16,1%).

NUTS II	2T16		3T16		Variação 3T16/2T16	Variação 3T16/3T15
	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias	N.º de Clientes Residenciais	Clientes Residenciais por 100 famílias		
NORTE	573	42,4	605	44,7	5,5%	19,7%
CENTRO	246	27,2	263	29,1	7,1%	28,30%
A.M. LISBOA	832	71,8	846	73,0	1,7%	8,7%
ALENTEJO	52	17	59	19,1	12,7%	51,2%
ALGARVE	64	34,6	67	36,5	5,4%	21,5%
REGIÃO AUTO. AÇORES	32	39,2	36	43,9	12,2%	20,9%
REGIÃO AUTO. MADEIRA	51	54,3	53	55,6	2,4%	8,8%
TOTAL	1.850	45,3	1.929	47,2	4,2%	16,1%

Fonte: ANACOM

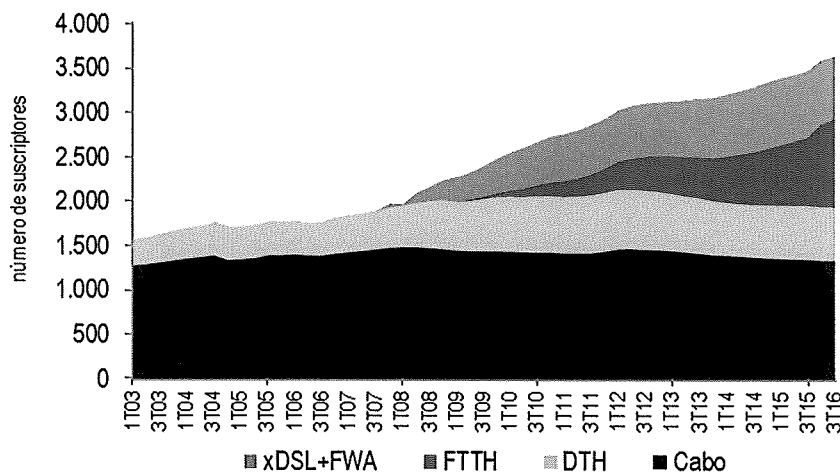
Dado o foco das empresas de telecomunicações do dsgruop, no mercado grossista, importa analisar a evolução da procura dos serviços de retalho suportáveis na sua rede.

Assim, de acordo com os indicadores publicados trimestralmente pelo organismo regulador do setor (ICP – Anacom), o número de assinantes de televisão por subscrição (considerando não só soluções *wireline* mas, também, por satélite – DTH – *Direct to Home*) atingiu, no final do 3.º trimestre de 2016, cerca de 3,6 milhões, mais 44 mil assinantes que no trimestre anterior. Quando comparado com o período homólogo do ano anterior, verifica-se uma variação positiva de 4,6%, ou seja, mais 159 mil assinantes.

O aumento do número de assinantes por tecnologia do serviço de televisão por subscrição no 3T16 deveu-se ao crescimento das ofertas suportadas em fibra ótica (FTTH/B), que registaram mais 63 mil assinantes no final do trimestre. Neste período e em sentido contrário, o número de assinantes do serviço de TV por cabo registou uma ligeira diminuição.

Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição

Por tecnologia



Fonte: IPC - ANACOM

Analisando a distribuição dos assinantes por tipo de serviço de televisão, no final do 3T16 o serviço de distribuição de TV por cabo representava 37% do total de assinantes, o DTH 17%, o xDSL 20% e a fibra ótica (FTTH/B) 27%.

No exercício económico em análise e tendo por base o 3T16, o Grupo NOS deteve a quota mais elevada de assinantes de TV por subscrição com 43,5%, seguida da MEO com 39,4% e da Vodafone e Cabovisão com 12,2% e 4,7% respetivamente. De salientar que a Vodafone foi a entidade que mais assinantes captou no 3T16.

No final do 3T16, e de acordo com informação prestada pelo Barómetro de Telecomunicações da Marktest-Rede Fixa, cerca de 78,7% dos lares com TV por subscrição dispunham de mais de 80 canais, o que representa um aumento de 6,7 pontos percentuais quando comparado com o trimestre homólogo. Por outro lado, o acesso a canais *premium* diminuiu face ao ano anterior, em 1,9 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior. (Fonte: IPC – ANACOM)

Assistiu-se, igualmente, a um crescimento do número de clientes de acesso à Internet em local fixo. Segundo dados publicados pela ANACOM, registavam-se em Portugal, no 3T16, cerca de 3,32 milhões de acessos físicos à Internet em local fixo. De salientar ainda que 6,14 milhões de utilizadores utilizaram Internet em banda larga móvel.

Evolução do número total de clientes de acesso fixo à Internet

Ao contrário do que vinha a acontecer até 2015, no ano de 2016 a principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa foi o *modem cabo*, com cerca de 33,1% do total dos acessos com referência ao 3T16. Surge de seguida o acesso à Internet suportado em fibra ótica (*FTTH/B*) que verificou um aumento de 5,3% face ao mesmo período de 2015, sendo esta a tecnologia que mais cresceu. Em terceiro lugar surge o ADSL, que representa cerca de 29% dos acessos. Esta tecnologia registou uma quebra face ao período homólogo na ordem dos 5,3 pontos percentuais.

De salientar ainda as ofertas suportadas em LTE em local fixo. Estas ofertas representam cerca de 7,3% do total de acessos, registando assim um crescimento de 4,3% no 3T16 e 28,2% no último ano. (Fonte: IPC – ANACOM)

Evolução do número de acessos de banda larga (acesso fixo)

	3T15	2T16	3T16	Δ%	
				3T16/2T16	3T16/3T15
Total de acessos, dos quais:	3.072	3.259	3.322	1,9%	8,1%
Acessos modem cabo	1.052	1.085	1.100	1,4%	4,6%
% do Total de banda larga fixa	34,2%	33,3%	33,1%		
Acessos FTTH/B	774	948	1.014	7,0%	31,0%
% do Total de banda larga fixa	25,2%	29,1%	30,5%		
Acessos ADSL	1.055	992	964	-2,8%	-8,6%
% do Total de banda larga fixa	34,3%	30,4%	29,0%		
Acessos LTE em local fixo	188	231	241	4,3%	28,2%
% do Total de banda larga fixa	6,1%	7,1%	7,3%		
Outros	107	176	191	9%	79%
% do Total de banda larga fixa	3,5%	5,4%	5,7%		

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de acessos

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa, e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes da MEO, no final do terceiro trimestre de 2016, situou-se nos 41,7%.

Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)

Operador	2015		2016		
	3T15	4T15	1T16	2T16	3T16
MEO	45,0%	44,0%	43,1%	42,5%	41,7%
Grupo NOS	36,0%	36,4%	36,9%	37,0%	37,2%
NOS Comunicações	33,7%	34,10%	34,6%	34,7%	34,9%
NOS Madeira	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
NOS Açores	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
Vodafone	14,0%	14,8%	15,5%	16,1%	16,7%
Grupo Apax	4,7%	4,4%	4,3%	4,1%	4,1%
Cabovisão	4,5%	4,3%	4,1%	4,0%	4,0%
ONITELECOM	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
Outros Prestadores Alternativos	0,3%	0,3%	0,2%	0,2%	0,3%

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: %

O Grupo NOS dispõe de uma quota de acessos de 37,2%, resultantes da fusão do Grupo ZON com a Optimus que ocorreu no 3T13.

Relativamente à Vodafone, de referir o ritmo crescente no que à captação de assinantes por trimestre diz respeito, atingido uma quota de 16,7% no final do 3T16 (+2,7 pontos percentuais do que no 3T15).

Em relação ao número de acessos telefónicos principais registou-se uma variação homóloga positiva de 2,3%, sendo que se verificou um crescimento dos acessos VoIP/VoB na ordem dos 16,1%, nos quais se incluem os acessos suportados nas redes de fibra ótica (FTTH/FTTB), que aumentaram 28,6%, e nas redes de TV por cabo (+5,5%).

Com referência ao final do 3T16, a MEO garantiu uma quota de clientes de 47,4% neste segmento. O Grupo NOS é o 2.º maior prestador, com uma quota de 34,2%, seguindo-se a Vodafone, com uma quota de 14%.

De referir ainda que, o Grupo NOS, foi o prestador que mais assinantes angariou neste período.

Número de acessos do sistema telefone fixo

	3T15	2T16	3T16	Variação 3T16 / 2T16	Variação 3T16 / 3T15
Acessos Principais Totais	4.655	4.732	4.762	0,6%	2,3%
Acessos Analógicos	1.840	1.713	1.668	-2,6%	-9,3%
(dos quais) Postos Públicos	22	21	21	-1,3%	-5,2%
Acessos RDIS e Diginet	433	403	393	-2,6%	-9,4%
Básicos	206	182	175	-3,6%	-14,9%
Primários	223	217	215	-1,1%	-3,9%
Fracionados	4	4	2	-41,1%	-39,1%
Outros acessos digitais	1	1	1	-1,4%	-10,4%
GSM / UMTS	493	505	509	0,7%	3,2%
VoIP / VoB	1.888	2.111	2.192	3,8%	16,1%

Fonte: ICP - Anacom

Unidade: Milhares de acesso

Para o triénio de 2017-2018, o IPC - ANACOM prevê um conjunto de prioridades estratégicas que se orientam para os seguintes pontos:

- Garantia e proteção dos direitos dos cidadãos;
- Promoção de concorrência entre mercados;
- Garantia da gestão eficiente dos recursos públicos;
- Promoção da cooperação institucional e técnica; e
- Promoção da eficiência e da eficácia internas.

2. Atividade da entidade

2.1 Organização

A Minhocom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M., doravante designada por "Minhocom", ou "entidade", foi constituída no âmbito do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento, que teve como objetivo apoiar projetos de construção e desenvolvimento de infraestruturas de banda larga em regiões desfavorecidas, corrigir falhas de mercado e criar condições de sustentabilidade económica. O modelo de operação assenta no modelo de "Equal Access Networks", no qual o acesso à infraestrutura é aberto a todos os operadores e prestadores de serviços de comunicações eletrónicas devidamente licenciados, sendo que as condições técnicas e financeiras de acesso à infraestrutura obedecem aos princípios de transparência e não discriminação.

A rede da Minhocom, abrange os Municípios de Paredes de Coura, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço.

A sua atividade ao longo de 2016, à semelhança dos períodos anteriores, foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados nos serviços de telecomunicações, dando cumprimento ao estipulado no âmbito do Código dos Contratos Públicos (CCP).

A manutenção dos resultados positivos da entidade no período deve-se à contínua cooperação entre os seus acionistas públicos e privados, pelo que o trabalho desempenhado foi fundamental para os resultados alcançados ao longo de 2016.

Atualmente encontra-se em curso o processo de fusão da Minhocom com a Valicom, Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, E.I.M. ("Valicom"), uma congénere que abrange os Municípios de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Esposende, Caminha e Ponte da Barca.

2.2 Custos de exploração

O normal funcionamento da atividade da Minhocom, implica um investimento permanente na manutenção da infraestrutura. Neste sentido, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados aos clientes e a continuidade da atividade, a entidade tem vindo a apostar na permanente inovação, com vista a otimizar a sua gestão corrente e a contenção de custos.

Com efeito, fruto de uma aposta numa gestão otimizada de recursos e contenção de custos, os custos de exploração foram ligeiramente inferiores àquela que foi a previsão orçamental para o período de 2016.

2.3 Tecnologia

Apesar do cliente de retalho ser agnóstico à tecnologia que suporta a sua prestação de serviços, o mesmo não se passa com os clientes operadores de telecomunicações e, sendo a Minhocom um operador *wholesale*, as opções tecnológicas constituem um elemento fundamental da sua estratégia de diferenciação, pelo que a entidade continuará a seguir as tendências de mercado por forma a complementar as funções existentes e alargar a sua capacidade de fornecimento de serviços, bem como a melhoria do desempenho.

Em linha com o seu excelente *track record* histórico ao nível do cumprimento dos níveis de serviço a que a Minhocom se comprometeu, também no período em análise tais objetivos foram plenamente alcançados e, em muitas situações, a entidade provou ser mais eficiente e ultrapassar os níveis de serviço previstos (SLA's).

2.4 Comercial e marketing

O trabalho comercial desenvolvido tem apresentado resultados muito positivos conforme se constata pelo facto de a entidade ter como clientes, entre outros, os principais operadores de telecomunicações nacionais. O nível de rendimentos de exploração mantém a sua linha face ao período anterior, alcançado através da criação de novos serviços e do acesso a uma rede maior de infraestruturas, sendo expectável que, em 2017, se mantenha o mesmo ritmo de crescimento sustentado ao nível da prestação de serviços de *wholesale*.

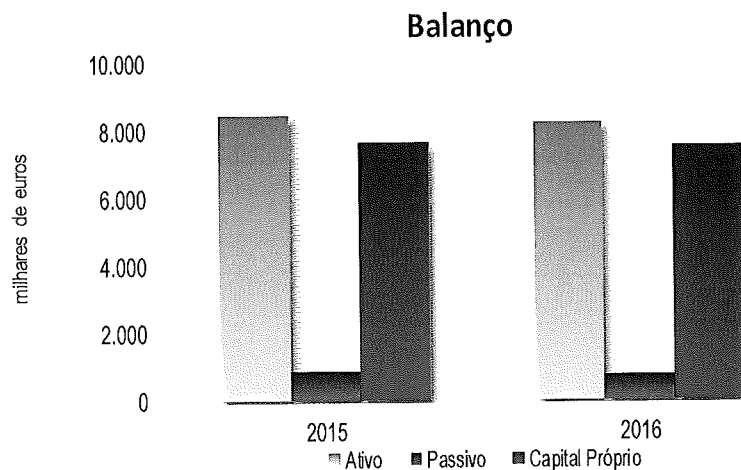
O alargamento do portefólio de serviços tem permitido à Minhocom ajustar a sua oferta às necessidades do mercado e ultrapassar as limitações resultantes da tipologia da infraestrutura que detém: rede de transporte sem capilaridade. Por este facto, a entidade manteve a sua aposta no investimento em expansão da rede, essencialmente na infraestruturização de parques industriais, o que permite, por um lado, potenciar a região e, por outro lado, a fixação de empresas, possibilitando as mesmas condições das zonas urbanas mais desenvolvidas e onde a proliferação de novas tecnologias é maior.

Por outro lado, a entidade manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vetores considerados mais prementes: saúde, educação e área empresarial, tendo dado contributos importantes para a região nestes importantes setores.

2.5 Análise económico-financeira

No final do período de 2016, em linha com o período homólogo, as principais componentes do Balanço no lado do Ativo são os Ativos fixos tangíveis e os saldos a receber de Clientes, ao passo que, no lado do Passivo, ressaltam as rubricas Outras dívidas a pagar, que incluem os ajustamentos relativos ao subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C, e os Diferimentos.

Os Ativos fixos tangíveis incluem a infraestrutura da Rede Comunitária e respetivos equipamentos, que ficou concluída em maio de 2010. A rubrica Clientes reflete os valores a receber no âmbito dos contratos de conectividade e de aluguer de fibra escura e co-localização da referida Rede Comunitária.

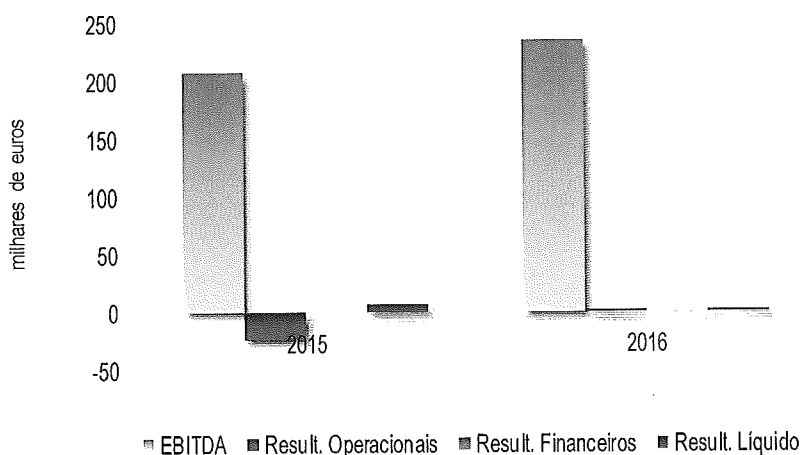


No que respeita ao Capital Próprio da entidade, é de notar que na rubrica Outros Instrumentos de Capital Próprio encontram-se registadas as prestações acessórias realizadas pelo acionista privado, no montante de 6,5M€. Por sua vez, na rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio está relevado contabilisticamente, no montante de 2,3M€, o subsídio governamental obtido pela entidade no âmbito do POS_C. Merece ainda destaque a notável capacidade da entidade aumentar o seu rácio de autonomia financeira para os 91%.

Em 2016, o EBITDA da entidade evoluiu positivamente para 235,6m€, o que representa um aumento de 13% face ao período anterior e uma notável evidência da sustentabilidade operacional da Minhocom.

O volume de negócios superou os 342,7m€ no ano, com o qual a entidade atingiu um Resultado Líquido do Período positivo de 2,4m€.

Demonstração dos Resultados



A Minhocom manteve, em 2016, uma excelente *performance* da sua atividade operacional, facto que se reflete positivamente nos seus indicadores económicos e financeiros, conforme seguem:

Descrição	2014	2015	2016
Indicadores Económicos			
Valor Acrescentado Bruto*	177.800	236.487	266.036
EBITDA*	154.120	208.781	235.633
EBITDA %	54,70%	60,37%	68,76%
Cash-Flow*	251.992	239.374	235.362
Rotação do Ativo Fixo	2,69%	3,29%	3,26%
Rotação do Ativo Circulante	92,89%	73,09%	56,03%
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	89,95%	90,05%	91,14%
Liquidez Geral	136,55%	207,97%	418,43%
Solvabilidade Total	894,88%	905,27%	1028,15%
*Valores em euros			

Salienta-se que, não só a Minhocom manteve um notável rácio de autonomia financeira, como também os seus níveis de liquidez geral e de solvabilidade total são extremamente positivos. Do mesmo modo, em 2016, a entidade gerou *cash flows* superiores a 235m€, o que é um dado de salutar.

3. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Após o encerramento do período, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

4. Perspetivas futuras

No decorrer do período de 2017 espera-se que os promotores da Minhocom, bem como as entidades locais relevantes para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua rede privada de nova geração, fazendo uso pleno das suas potencialidades e estimulando os operadores de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da entidade.

Adicionalmente, é expectável a consolidação do volume de negócios da Minhocom, em resultado da atividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida, nomeadamente do alargamento do portefólio de serviços disponibilizados e da continuidade de interligação desta rede com outras redes de nova geração existentes, de modo a desenvolver sinergias na sua rede.

Para 2017 está prevista a conclusão do processo de fusão da entidade com a Valicom, já iniciado em 2015. A concentração das atividades visa o aproveitamento de sinergias, com a consequente diminuição dos custos associados à gestão operativa, ao controlo de gestão e pela eliminação de duplicações em áreas de *back office*.

5. Ações próprias

No decurso do período de 2016 a sociedade não adquiriu nem alienou ações próprias. Em 31 de dezembro de 2016, a sociedade não detinha ações próprias.

6. Autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Durante o período de 2016 a sociedade não concedeu empréstimos ou créditos a administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, não facultou aos mesmos quaisquer adiantamentos de remunerações, nem com eles celebrou quaisquer contratos, diretamente ou por interposta pessoa.

7. Sucursais da sociedade

A entidade não dispõe de qualquer sucursal.

8. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que o resultado líquido positivo do período de 2016, no valor de 2.383,91€ (dois mil, trezentos e oitenta e três euros e noventa e um cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal.....	119,20€
Resultados Transitados.....	2.264,71€

9. Objetivos e políticas de gestão dos riscos financeiros

No contexto económico e financeiro em que a entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. Neste sentido, a análise do risco é assegurada pelas diversas unidades corporativas do grupo em que a entidade se insere. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da implementação de procedimentos de controlo, a entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos do grupo em que está inserida.

10. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

11. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 31 de março de 2017.

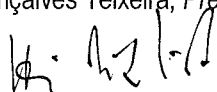
12. Nota final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a entidade. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Clientes, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração,

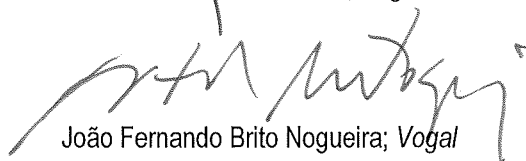
José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*



Vítor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

Sara da Silva Teixeira; *Vogal*



B) Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração

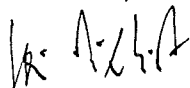
Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º e no n.º 4 do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro, apresentamos, de seguida, a lista de ações abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de dezembro de 2016, os membros do Conselho de Administração e de fiscalização não eram titulares de quaisquer ações da entidade.
2. Os seguintes acionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de dezembro de 2016, de pelo menos um décimo do capital:
 - i. Associação de Municípios do Vale do Minho, com 51% do capital;
 - ii. dstelecom, s.a., com 48,49% do capital.

Valença, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração,

José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



António Abílio Pereira Torres; *Vogal*

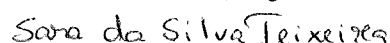


Vitor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

Sara da Silva Teixeira; *Vogal*



C) Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: José Gonçalves Teixeira

Vogal: António Abílio Pereira Torres

Vogal: Vítor Paulo Gomes Pereira

Vogal: João Fernando Brito Nogueira

Vogal: Sara da Silva Teixeira

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Augusto Henrique Oliveira Domingues

Vice- Presidente: Jorge Manuel Salgueiro Mendes

Secretário: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Fiscal Único Efetivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159)

Fiscal Único Suplente: Dr.ª Maria Manuela Alves Malheiro (ROC n.º 916)

D) Demonstrações Financeiras Individuais

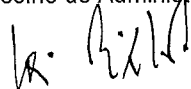
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2016

Unidade monetária: euros

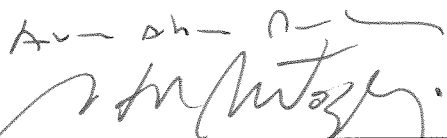
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2016	31/12/2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	7.628.421,69	7.991.141,92
		7.628.421,69	7.991.141,92
Ativo corrente			
Clientes	7	589.140,98	416.236,25
Estado e outros entes públicos	9	5.794,21	5.578,19
Outros créditos a receber	8	8.336,53	40.762,74
Diferimentos	10	511,00	695,01
Caixa e depósitos bancários	4	7.808,77	9.896,23
		611.591,49	473.168,42
Total do ativo		8.240.013,18	8.464.310,34
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	11	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	12	6.479.588,53	6.479.588,53
Reservas legais		973,43	591,10
Resultados transitados		(1.334.935,55)	(1.342.199,83)
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	16	2.311.600,10	2.426.687,78
Resultado líquido do período		2.383,91	7.646,61
Total do capital próprio		7.509.610,42	7.622.314,19
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos		-	614.475,96
Outras dívidas a pagar	14	584.238,62	-
		584.238,62	614.475,96
Passivo corrente			
Fornecedores	13	8.513,20	66.317,43
Estado e outros entes públicos	9	10.630,50	5.519,42
Outras dívidas a pagar	14	38.714,16	67.377,06
Diferimentos	10	88.306,28	88.306,28
		146.164,14	227.520,19
Total do passivo		730.402,76	841.996,15
Total do capital próprio e do passivo		8.240.013,18	8.464.310,34

Valença, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração,

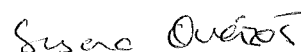


Sara da Silva Teixeira



minhocam, ejm

A Contabilista Certificada n.º 55854,



Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

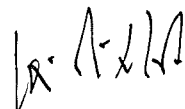
Período findo em 31 de dezembro de 2016

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	15	342.701,39	345.827,99
Fornecimentos e serviços externos	17	(89.928,48)	(123.042,56)
Gastos com o pessoal	18	(26.161,45)	(26.251,77)
Outros rendimentos	19	13.091,34	13.701,08
Outros gastos	20	(4.069,64)	(1.453,61)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		235.633,16	208.781,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(232.977,74)	(231.727,45)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.655,42	(22.946,32)
Resultado antes de impostos		2.655,42	(22.946,32)
Imposto sobre o rendimento do período		(271,51)	30.592,93
Resultado líquido do período		2.383,91	7.646,61
Resultado por ação básico		0,24	0,76

Valença, 31 de março de 2017


O Conselho de Administração,



Soraia da Silva Teixeira



A Contabilista Certificada n.º 55854,



Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2016

Unidade monetária: euros

DESCRICÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2016		50.000,00	6.479.588,53	591,10	(1.342.199,83)	2.426.687,78	7.646,61	7.622.314,19
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	382,33	7.264,28	-	(7.646,61)	-
Aplicação do resultado de 2015		-	-	-	-	(145.680,61)	-	(145.680,61)
Alterações em outras variações no capital próprio:		-	-	-	-	30.592,93	-	30.592,93
Método de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	-
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	-	(115.087,68)	(7.646,61)	(115.087,68)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	382,33	7.264,28	(115.087,68)	(7.646,61)	(115.087,68)
Resultado líquido do período							2.383,91	2.383,91
Resultado integral							2.383,91	2.383,91
Operações com detentores de capital no período								
Posição em 31 de dezembro de 2016		50.000,00	6.479.588,53	973,43	(1.334.935,55)	2.311.600,10	2.383,91	7.509.610,42

Valença, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração,

Sora de Silva Teixeira
Sora de Silva Teixeira
 Sora de Silva Teixeira
 minhocom, eim

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Susana Queiroz
 Susana Queiroz

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2015

Unidade monetária: euros

DESCRICÃO	NOTAS	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição em 1 de janeiro de 2015		50.000,00	6.479.588,53	-	(1.322.837,75)	2.541.775,46	11.821,95	7.760.348,19
Alterações no período		-	-	591,10	11.230,85	-	(11.821,95)	-
Aplicação do resultado de 2014		-	-	-	-	(145.680,61)	-	(145.680,61)
Alterações em outras variações no capital próprio:		-	-	-	(30.592,93)	30.592,93	-	-
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período		-	-	-	(19.362,08)	(115.087,68)	(11.821,95)	(145.680,61)
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	591,10	-	-	-	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	7.646,61	7.646,61
Resultado integral		-	-	-	-	-	7.646,61	7.646,61
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2015		50.000,00	6.479.588,53	591,10	(1.342.199,83)	2.426.687,78	7.646,61	7.622.314,19

Valença, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração,

Dr. Hilário
Sociedade da Silva Teixeira
Dr. António Augusto
Dr. António

A Contabilista Certificada n.º 55854,

Susana Queiroz

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

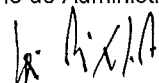
Período findo em 31 de dezembro de 2016

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		217.443,67	179.909,78
Pagamentos a fornecedores		(154.712,39)	(99.098,14)
Pagamentos ao pessoal		(26.431,38)	(24.113,13)
Caixa gerada pelas operações		36.299,90	56.698,51
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(487,53)	(1.363,48)
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		35.812,37	55.335,03
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
		(37.899,83)	(52.318,62)
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Fluxo de caixa das atividades investimento (2)		(37.899,83)	(52.318,62)
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
		-	-
Fluxo de caixa das atividades financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		(2.087,46)	3.016,41
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	9.896,23	6.879,82
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	7.808,77	9.896,23

Valença, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração,



Soraia da Silva Teixeira



A Contabilista Certificada n.º 55854,



Anexo em 31 de dezembro de 2016

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Minhocom, gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim.

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data da Constituição: 20 de março de 2008

N.º Contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Atividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da atividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma atividade de interesse geral.

As presentes demonstrações financeiras da entidade são as suas demonstrações financeiras individuais.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

Nos termos do n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, na nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alargou os conceitos de "entidades" para efeitos de aplicação do SNC, a entidade é considerada uma média empresa, pelo que mantém a aplicação das NCRF.

De forma a garantir a imagem verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, foram utilizadas as normas que integram o SNC, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

Contudo, sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Decorrente da publicação dos novos diplomas, em vigor desde 1 de janeiro de 2016, relevamos que o impacto mais significativo nas demonstrações financeiras da entidade ocorreu nas rubricas "Passivos por impostos diferidos" (passivo) e "Outras dívidas a pagar" (passivo), tendo a primeira diminuído e a segunda aumentado no valor de 614.475,96 €, por força do reconhecimento, com efeitos prospetivos, de "Ajustamentos em subsídios", previsto na nota de enquadramento da conta "593 – Subsídios".

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão descritas de seguida.

3.1. Bases de apresentação

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

3.1.1. Pressuposto da continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade de prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir, presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

A entidade reconhece os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são reconhecidos nas rubricas "Diferimentos" ou "Outras dívidas a pagar ou a receber".

3.1.3. Consistência de apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro.

3.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

3.1.5. Compensação

Os ativos e os passivos, assim como os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

3.1.6. Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2016 não são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015, na medida em que refletem os ajustamentos descritos na nota 2.

A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respetivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis em curso, ativos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes ativos fixos tem início a partir do momento que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas através do método de linha reta, aplicado anualmente em regime de duodécimos a partir do momento em que os bens se encontram prontos para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operar de acordo com o pretendido pela entidade, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pela entidade, do desgaste natural esperado, da sujeição a uma previsível obsolescência técnica e do valor residual atribuível ao bem.

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos ativos fixos tangíveis. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

As vidas úteis e as taxas utilizadas para os ativos fixos tangíveis foram as seguintes:

	Vida útil	Taxa anual (%)
Edifícios e outras construções	10 a 40	2,5 a 10
Equipamento básico	7 a 8	12,5 a 14,29

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de quaisquer alterações a

estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

As grandes reparações relativas à substituição de peças de equipamentos são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos principais.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

3.2.2. Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de eventos passados e cuja existência só se confirmará caso ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Se for provável a existência de benefícios económicos futuros, a entidade não reconhece esse ativo contingente nas suas demonstrações financeiras, mas promove a sua divulgação.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.2.3. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários para fazer face a perdas estimadas, sendo revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões são reconhecidas se, e só se, a entidade tiver uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado, e se for provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.2.4. Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo dos empregados incorporam os ordenados, salários, contribuições para a Segurança Social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições decididas pontualmente pelo Conselho de Administração.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gasto no período temporal em que o empregado prestou serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

Benefícios de longo prazo

Os benefícios de longo prazo dos empregados incluem um seguro de saúde que abrange a generalidade dos colaboradores.

3.2.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas ao valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade acumuladas, reconhecidas na rubrica "Perdas por imparidade em contas a receber", por forma a refletir o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. A evidência objetiva de imparidade para um portefólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Sempre que for definido/acordado com um cliente a liquidação das respetivas dívidas em diversas prestações, a entidade optou por valorizar essa mesma dívida ao custo amortizado, satisfazendo todas as condições definidas no § 12 da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, nomeadamente que:

- tem uma maturidade definida;
- os retornos para o detentor são de montante fixo, de taxa de juro variável, durante a vida do instrumento, com indexante típico de mercado financeiro (Euribor), mais um spread (5%);
- não contém nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito).

Desta forma a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período definido, utilizando o método do juro efetivo.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

Empréstimos e outras dívidas a pagar correntes e não correntes

Os financiamentos e as contas a pagar não correntes são reconhecidos no passivo pelo custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com financiamentos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e reconhecidos na demonstração dos resultados do período de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo, deduzido dos custos de transação incorridos.

Um instrumento de capital próprio é classificado como tal quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são reconhecidos por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor de emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são reconhecidos no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

3.2.6. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a serviços prestados. O rédito nos serviços prestados, é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é reconhecida na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo reconhecidos na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.2.7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos para o financiamento de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, estão reconhecidos no balanço, na rubrica "Ajustamentos/outras variações no capital próprio", líquidos do montante de imposto associado (conforme previsto na nota de enquadramento da conta "593 - Subsídios"), na parte do incentivo correspondente a subsídios ao investimento. No passivo, na rubrica "Outras dívidas a pagar" (conta 28 – "Rendimentos a reconhecer"), reconhece-se a parte correspondente a subsídios à exploração (subsídios relacionados com rendimentos).

Na demonstração dos resultados, em prol da imagem verdadeira e apropriada, o valor das depreciações e amortizações aparece líquido do montante do subsídio imputado a rendimentos do período. SO

3.2.8. Imparidade de ativos

À data de cada relato, e sempre que seja detetado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o ativo se encontra reconhecido possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra mensurado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou nas rubricas "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)" ou "Imparidade de inventários (perdas/reversões)" caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente, ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver), numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra reconhecido não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores ocorre quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse reconhecido em períodos anteriores.

3.2.9. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A entidade procede ao reconhecimento de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos sobre o rendimento, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

O imposto corrente e os impostos diferidos são reconhecidos em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos diretamente no capital próprio. Nestes casos, os respetivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais poderão estar sujeitas a revisões e eventuais correções por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira por um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, poderão ser efetuadas correções referentes aos anos de 2013 e seguintes, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

3.3. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospetiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração de fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" tem a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	318,72	28,00
Depósitos bancários	7.490,05	9.868,23
Total de caixa e depósitos bancários	7.808,77	9.896,23

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

SO

5. Partes relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Tem participação no capital social da entidade, com valor superior a 20%, a seguinte pessoa coletiva:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51%
dstelecom, s.a.	48%

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os principais saldos entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	31.12.2016	31.12.2015
Empresas associadas		
blu, s.a.	(368,83)	-
domingos da silva teixeira, s.a.	(116,16)	(55,76)
dst center, s.a.	(553,50)	-
dstelecom, norte, s.a.	255.067,73	188.972,81
dstelecom, s.a.	311.207,62	150.473,76
dte, instalações especiais, s.a.	-	(22.555,47)
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	58,94	(6.137,59)
	565.295,80	310.697,75

Durante o período de 2016, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2016		
	Vendas e serviços prestados	Compras e aquisições	Fornecimentos e serviços externos
Empresas associadas			
blu, s.a.	-	-	(3.890,26)
derivadas e segmentos, s.a.	6.192,40	-	-
domingos da silva teixeira, s.a.	-	-	(5.115,36)
dst center, s.a.	-	-	(1.350,00)
dstelecom, norte, s.a.	65.485,94	-	-
dstelecom, s.a.	183.675,18	-	(49.665,00)
dte, instalações especiais, s.a.	-	(910,32)	(14.492,80)
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	-	(365,00)
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	38.196,61	-	-
	293.550,13	(910,32)	(74.878,42)

Durante o período de 2015, as principais transações entre a entidade, acionistas, empresas do grupo, associadas e relacionadas são os seguintes:

Empresas	2015			
	Vendas e serviços prestados	Compras e aquisições	Fornecimentos e serviços externos	Outros rendimentos e ganhos
Empresas associadas				
domingos da silva teixeira, s.a.	-	-	(3.600,00)	-
dst center, s.a.	-	-	(900,00)	-
dstelecom, norte, s.a.	58.940,25	-	-	6.545,65
dstelecom, s.a.	145.932,11	-	(60.079,18)	609,76
dte, instalações especiais, s.a.	-	(44.330,02)	(9.272,83)	-
innovation point - investigação e desenvolvimento, s.a.	-	-	(1.387,00)	-
valicom gestão de infraestruturas de telecomunicações, eim	41.072,69	-	-	-
	<u>245.945,05</u>	<u>(44.330,02)</u>	<u>(75.239,01)</u>	<u>7.155,41</u>

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante o período de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	2016	2015
Orgãos Sociais	20.977,20	15.362,25
Fiscal Único (ROC)	2.952,00	2.952,00
	<u>23.929,20</u>	<u>18.314,25</u>

6. Ativos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2016, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.294.638,26	876.269,71	2.055,74	10.172.963,71
2 Depreciações acumuladas iniciais	1.547.530,81	632.235,24	2.055,74	2.181.821,79
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7.747.107,45	244.034,47	-	7.991.141,92
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(258.239,16)	(104.481,07)	-	(362.720,23)
5.1 Total das adições	15.403,12	-	535,00	15.938,12
Aquisições em 1.ª mão	15.403,12	-	535,00	15.938,12
5.2 Total das diminuições	273.642,28	104.481,07	535,00	378.658,35
Depreciações	273.642,28	104.481,07	535,00	378.658,35
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7.488.868,29	139.553,40	-	7.628.421,69

A informação relativa às quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis, com referência ao período de 2015, pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.245.074,77	876.269,71	5.233,47	10.128.633,69
2 Depreciações acumuladas iniciais	1.274.603,82	527.754,17	-	1.804.413,73
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7.970.470,95	348.515,54	5.233,47	8.324.219,96
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(223.363,50)	(104.481,07)	(5.233,47)	(333.078,04)
5.1 Total das adições	44.330,02	-	-	44.330,02
Aquisições em 1.ª mão	44.330,02	-	-	44.330,02
5.2 Total das diminuições	272.926,99	104.481,07	-	377.408,06
Depreciações	272.926,99	104.481,07	-	377.408,06
5.3 Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-
5.4 Transferências de AFT em curso	5.233,47	-	(5.233,47)	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7.747.107,45	244.034,47	-	7.991.141,92

Nos períodos de 2016 e de 2015, a rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2016			2015		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento de subsídios ao investimento	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reconhecimento de subsídios ao investimento	Total
Ativos fixos tangíveis	(378.658,35)	145.680,61	(232.977,74)	(377.408,06)	145.680,61	(231.727,45)
	(378.658,35)	145.680,61	(232.977,74)	(377.408,06)	145.680,61	(231.727,45)

Os ativos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos de acordo com a política contabilística definida na Nota 3 acima.

Os ativos fixos tangíveis líquidos estão na sua totalidade afetos à atividade da entidade, não existindo quaisquer bens em poder de terceiros.

No período não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade, em virtude de ser convicção do Conselho de Administração que a quantia recuperável dos ativos excede a sua quantia escriturada.

7. Clientes

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2016	31.12.2015
Clientes c/c	589.140,98	416.236,25
Clientes de cobrança duvidosa	8.386,29	8.386,29
	<u>597.527,27</u>	<u>424.622,54</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(8.386,29)	(8.386,29)
	<u>589.140,98</u>	<u>416.236,25</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2016	31.12.2015
Reclamadas judicialmente	8.386,29	8.386,29
	<u>8.386,29</u>	<u>8.386,29</u>

8. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outros créditos a receber" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2016	31.12.2015
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	8.211,03	37.766,74
	<u>8.211,03</u>	<u>37.766,74</u>
Adiantamentos a fornecedores	-	2.996,00
Outros devedores	125,50	-
	<u>8.336,53</u>	<u>40.762,74</u>

9. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2016	31.12.2015
Ativo		
Imposto sobre o rendimento	5.794,21	5.578,19
	5.794,21	5.578,19
Passivo		
Retenção de impostos sobre o rendimento	280,44	295,52
Imposto sobre o valor acrescentado	9.707,02	4.581,56
Contribuições para a Segurança Social	643,04	642,34
	10.630,50	5.519,42

10. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica "Gastos e rendimentos a reconhecer" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2016	31.12.2015
Gastos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	511,00	511,00
Seguros	-	171,01
Outros gastos	-	13,00
	511,00	695,01
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já faturados	86.124,38	86.124,38
Outros rendimentos	2.181,90	2.181,90
	88.306,28	88.306,28

11. Capital subscrito

O capital societário da entidade manteve-se inalterado no período, sendo constituído por 10.000 ações escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontra-se totalmente realizado.

A Associação de Municípios do Vale do Minho detém 5.100 ações de categoria A, relativamente às quais são conferidos direitos especiais quanto à partilha do ativo resultante da liquidação da sociedade. Todas as restantes ações são ordinárias.

Sao J
bi -
A
SQ

12. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se reconhecidas as prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares, efetuadas pelo sócio privado no valor de 6.479.588,53 euros, e que o Conselho de Administração considera que não se qualificam como passivo.

A restituição das prestações acessórias depende da deliberação dos acionistas e não pode ser efetuada se, após a restituição, o capital próprio ficar inferior à soma do capital societário e as reservas legais.

13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores c/c	8.513,20	66.317,43
	8.513,20	66.317,43

14. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a rubrica "Outras dívidas a pagar" apresentava a seguinte composição:

Rubricas	31.12.2016	31.12.2015
Passivo não corrente		
Ajustamentos em subsídios ao investimento	584.238,62	-
	584.238,62	-
Passivo corrente		
Remunerações a pagar	984,57	1.240,12
Fornecedores de investimentos	-	21.211,71
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	28,37	35,96
Remunerações a pagar	4.269,38	4.269,38
Fornecimentos e serviços externos	2.444,50	9.276,96
	6.742,25	13.582,30
Passivos por impostos diferidos	-	30.592,93
Ajustamentos em subsídios ao investimento	30.237,34	-
Outros	750,00	750,00
	38.714,16	67.377,06

15. Vendas e serviços prestados

Nos períodos de 2016 e de 2015, a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2016		2015	
	mercado interno	Total	mercado interno	Total
Serviços prestados	342.701,39	342.701,39	345.827,99	345.827,99
	342.701,39	342.701,39	345.827,99	345.827,99

16. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo cofinanciado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

O valor total do subsídio encontra-se registado na rubrica "Outras variações no capital próprio" e encontra-se a ser reconhecido ano a ano por contrapartida da demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2016, o valor reconhecido, foi de 145.680,61€.

17. Fornecimentos e serviços externos

Nos períodos de 2016 e de 2015, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2016	2015
Subcontratos	3.661,30	8.119,98
Eletricidade	22.507,03	31.679,56
Combustíveis	66,48	-
Material escritório	-	70,00
Rendas e alugueres	50.265,00	15.659,64
Comunicação	116,25	133,45
Seguros	1.340,28	2.462,94
Contencioso e notariado	20,00	312,00
Conservação e reparação	4.244,14	10.148,83
Trabalhos especializados	7.500,00	54.225,16
Licenças de software	208,00	133,00
Outros FSE	-	98,00
	89.928,48	123.042,56

Secret
 de
 [Handwritten signature]

18. Benefícios dos empregados, pessoas ao serviço e gastos com o pessoal

80

18.1. Pessoas ao serviço

	2016	2015
Administradores	5	5
Empregados	<u>1</u>	<u>1</u>
	6	6

18.2. Gastos com o pessoal

Nos períodos de 2016 e de 2015, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	20.977,20	15.362,25
Remunerações do pessoal	1.049,50	6.400,36
Encargos sobre remunerações	3.909,19	4.212,37
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	171,01	258,12
Gastos de ação social	53,03	-
Seguros de saúde e de vida	<u>1,52</u>	<u>18,67</u>
	26.161,45	26.251,77

19. Outros rendimentos

Nos períodos de 2016 e de 2015, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2016	2015
Rendimentos suplementares	<u>13.091,34</u>	<u>13.701,08</u>
	13.091,34	13.701,08

20. Outros gastos

Nos períodos de 2016 e de 2015, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2016	2015
Impostos e taxas	2.596,74	438,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,07	-
Insuficiência de estimativa para impostos	446,68	-
Serviços bancários	26,15	15,61
Outros gastos	1.000,00	1.000,00
	4.069,64	1.453,61

21. Acontecimentos após a data do balanço

Entre a data de reporte das Demonstrações Financeiras (31 de dezembro de 2016) e a data de autorização para a sua emissão (31 de março de 2017), não ocorreram factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às Demonstrações Financeiras do período.

22. Divulgações exigidas por diplomas legais

O Órgão de Gestão informa que a entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Órgão de Gestão informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Dando cumprimento ao estipulado na alínea b), do n.º 1 do artigo 66.º - A do Código das Sociedades Comerciais, a entidade informa que os honorários praticados pelo Fiscal Único (Revisor Oficial de Contas) ascenderam a 2.952 euros (IVA incluído), referentes unicamente a serviços de revisão legal das contas.

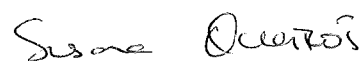
23. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas pelo Órgão de Gestão para emissão em 31 de março de 2017.

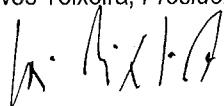
Valença, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração,

A Contabilista Certificada n.º 55854,



José Gonçalves Teixeira; *Presidente*



Susana Maria Macedo Queirós

António Abílio Pereira Torres; *Vogal*

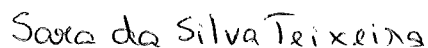


Vitor Paulo Gomes Pereira; *Vogal*



João Fernando Brito Nogueira; *Vogal*

Sara da Silva Teixeira; *Vogal*



E) Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Audítimos as demonstrações financeiras anexas da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.L.M., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 8.240.013,38 euros e um total de capital próprio de 7.529.610,42 euros, incluindo um resultado líquido do período de 2.383.914 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas -, relativos ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentaram de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.L.M., em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relatório Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas do Orden dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumpriamos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Exatamos convicções que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relatório Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, diligendo, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade da entidade.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre as demonstrações financeiras como um todo e sobre partes de distorção material devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando esta. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas mesmas demonstrações financeiras.

JOSUÉ GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO, MARIANO GUIMARÃES, SROC
 Pólo de Inspeção de Freguesia, S. João A,
 Av. D. João III, nº 104, 1.º andar, S. João A,
 4710-050 S. João A, Portugal
 T: +351 251 201 301 301 F: +351 251 201 301 311

JOSUÉ GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO, MARIANO GUIMARÃES, SROC
 Pólo de Inspeção de Freguesia, S. João A,
 Av. D. João III, nº 104, 1.º andar, S. João A,
 4710-050 S. João A, Portugal
 T: +351 251 201 301 301 F: +351 251 201 301 311

JOSUÉ GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO, MARIANO GUIMARÃES, SROC
 Pólo de Inspeção de Freguesia, S. João A,
 Av. D. João III, nº 104, 1.º andar, S. João A,
 4710-050 S. João A, Portugal
 T: +351 251 201 301 301 F: +351 251 201 301 311

JOSUÉ GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO, MARIANO GUIMARÃES, SROC
 Pólo de Inspeção de Freguesia, S. João A,
 Av. D. João III, nº 104, 1.º andar, S. João A,
 4710-050 S. João A, Portugal
 T: +351 251 201 301 301 F: +351 251 201 301 311

JOSUÉ GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO, MARIANO GUIMARÃES, SROC
 Pólo de Inspeção de Freguesia, S. João A,
 Av. D. João III, nº 104, 1.º andar, S. João A,
 4710-050 S. João A, Portugal
 T: +351 251 201 301 301 F: +351 251 201 301 311



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, incluindo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O foco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinúe as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados de governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concorridância de informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concorde com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Braga, 30 de abril de 2017.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo no OROC n.º 1181 | Registo na CNVM n.º 201651459
 Representada por Mário de Cunha Guimarães, ROC
 Registo no OROC n.º 1159 | Registo na CNVM n.º 201650771.

F) Relatório e Parecer do Fiscal Único



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas:

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Órgão de Gestão da Entidade **MINHOCOM, GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, E.I.M.**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2016.
2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da Entidade.
3. Em cumprimento do disposto da alínea k), do ponto 6, do art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º da Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), também emitimos a Certificação Legal das Contas em 10 de abril de 2017, com opinião não modificada e sem ênfases.
4. Face ao exposto, e considerando que:
 - 4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;
 - 4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Órgão de Gestão e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados; e
 - 4.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitados no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da Entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2016, tal como foram apresentados pelo Órgão de Gestão; e
 - b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Órgão de Gestão.
5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Órgão de Gestão e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 10 de abril de 2017.

O FISCAL ÚNICO,

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
 Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
 Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
 NIPC 603 951 943 | Capital Social 5 000 euros
 Membro da ABC & Associações - SROC ACE
 gmm@jmm.sroc.pt

Estruturina

Pólo da Região de Braga, Edifício A
 Av. D. João II, n.º 464, 4.º Piso, Escritório 47
 4715-275 Braga - Portugal
 T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Jmm

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
 4715-062 Braga - Portugal
 T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759